



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

SINOPSE DOS TRABALHOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA – 3/2/2021 À 15/12/2021 Inciso IV do art. 27 do Regimento Interno

Com relação às Proposições Legislativas, na 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, foram apresentados até o dia 15 de dezembro:

- a) 781 Projetos de Lei Ordinária;
- b) 15 Projetos de Lei Complementar;
- c) 18 Projetos de Resolução;
- d) 30 Projetos de Decreto Legislativo;
- e) 5 Propostas de Emenda à Constituição;
- f) 5.986 Requerimentos.

Relativamente às Normas Legais publicadas, até o dia 31 de dezembro, tem-se:

- a) 312 Leis Ordinárias sancionadas pelo Governador referentes a Projetos de Lei protocolados em 2021.
- b) 85 Leis Ordinárias sancionadas pelo Governador referentes a Projetos de Lei protocolados em 2020.
- c) 37 Leis Ordinárias sancionadas e 2 Leis Ordinárias promulgadas, referentes a Projetos de Lei protocolados em 2019;
- d) 3 Leis Ordinárias sancionadas pelo Governador referentes a Projetos de Lei protocolados em 2018;
- e) 4 Leis Ordinárias sancionadas pelo Governador referentes a Projetos de Lei protocolados em 2017;
- f) 2 Leis Ordinárias sancionada pelo Governador referentes a Projetos de Lei protocolados em 2015;
- g) 4 Leis Complementares, referentes a Projetos de Lei Complementar protocolados em 2021;
- h) 2 Leis Complementares, referentes a Projetos de Lei Complementar protocolados em 2020;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

- i) **20 Resoluções**, referentes a Projetos de Resolução protocolados em 2021;
- j) **29 Decretos Legislativos**, referentes a Projetos de Decretos Legislativos protocolados em 2021;
- k) **3 Emendas à Constituição**, referentes a Propostas de Emenda à Constituição protocoladas em 2021.

Sendo assim, em síntese, em **2021** foram publicadas **445 Leis Ordinárias**, **6 Leis Complementares**, **20 Resoluções**, **29 Decretos Legislativos** e **3 Emendas à Constituição**.

O Chefe do Poder Executivo vetou totalmente **4 Projetos de Lei**, que aguardam deliberação. E ainda, vetou parcialmente **4 Projetos de Lei**, dos quais **2** foram mantidos e **2** aguardam deliberação.

Foram lidos:

- a) **1.559 Ofícios**,

Também foram realizadas:

- a) **120 Sessões Ordinárias**,
- b) **29 Sessões Extraordinárias**,
- c) **1 Sessão Solene**,
- d) **1 Sessão Preparatória**,
- e) **104 Audiências Públicas**.

Por fim, foram publicados no Diário Oficial da Assembleia **6 Atos do Presidente**, **1602 Atos da Comissão Executiva**, **187 Portarias da Diretoria de Pessoal**, **7 Portarias da Diretoria-Geral**, **302 matérias relacionadas a licitações e contratos** e **381 Atas das Comissões e de Plenário**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 31 de dezembro de 2021.

DYLLIARDI ALESSI
Diretor Legislativo

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Sinótese dos Trabalhos Legislativos - 2021

Inciso IV do art. 27 do Regimento Interno		Total
Projetos de Lei aprovados pela Assembleia Legislativa		476
Leis ordinarias Sancionadas	443	
Leis Complementares Sancionadas	11	
Aguardando sanção ou veto	13	
Veto Governamental	7	
Autógrafo restituído	2	
Emenda Constitucional promulgada pela Comissão Executiva		3
Proposições promulgadas pelo Presidente Ademar Traiano		51
Leis ordinarias promulgadas	2	
Decreto Legislativos promulgados	29	
Resoluções promulgadas	20	
Vetos rejeitados		1
Vetos Mantidos		2
Tipo de trabalho		
PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS	Total	7240
Projeto de Lei Ordinário	782	
Projeto de Lei Complementar	15	
Projeto de Resolução	18	
Projeto de Decreto Legislativo	30	
Proposta de Emenda a Constituição	5	
Requerimento Legislativo	5986	
Veto	7	
Emenda de Plenário	392	
Emenda (Poder Executivo)	5	
Ofícios recebidos		918
Redações finais aprovadas		197
Pareceres apresentados em Comissões	Total	1392
Parecer Favoravel	1214	
Parecer Contrario	25	
Voto em Separado	65	
Bixa em diligência	88	
Pedido de vista		206
Retirado de Ofício		176
Publicações no Diário Oficial da Assembleia (até 22/12)		Total
Emenda Constitucional (PEC e Emenda 49)	6	
Resolução	20	
Decreto Legislativo	29	
Ato do Presidente	6	
Atos da Comissão Executiva	1763	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Portarias da Diretoria de Pessoal	194	
Portarias da Diretoria-Geral	7	
Atas (Sessões Plenárias - Reuniões de Comissões - Audiências Públicas)	418	
Diversos (Convocação - Termo de Posse - Corregedoria - Requerimento - ADI)	37	
Matérias relacionadas a Licitação e Contratos	314	
Sessões Plenárias	Total	156
Sessão Legislativa Extraordinária - Ordinária	2	
Sessão Legislativa Extraordinária - Extraordinária	5	
3ª Sessão Legislativa - Ordinária	120	
3ª Sessão Legislativa - Extraordinária	29	
Sessão Plenária - (participação - posse - eleição mesa)	Total	5
Sessão Preparatória - Posse da Mesa Executiva para 3ª e 4ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura.		
Posse do Deputado Elio Rusch.		
Posse do Deputado Ademir Bier.		
Posse dos Deputados Elio Rusch, Nereu Moura, Adelino Ribeiro e Bazana.		
Eleição e Posse do Deputado Delegado Fernando Martins como 3º Vice-Presidente.		
Audiências Públicas	Total	104
Sobre o projeto de Lei Complementar nº 12/2021, do Poder Executivo, que altera a tabela salarial dos professores e os planos de carreira dos professores e funcionários de escolas da rede pública de ensino do Paraná.		
O uso de energia renovável na avicultura paranaense.		
Congestionamento entre Maringá e Sarandi: Quais as soluções de engenharia para desafogar o trânsito.		
Presente e Futuro das Universidades Estaduais.		
Situação Carcerária dos Indígenas do Paraná.		
Debate sobre o novo plano estadual do gás.		
Trabalho em Frigoríficos: Alteração da Norma Regulamentadora nº 36.		
Grandes Felinos do Paraná.		
Banco de Sangue de Cordão Umbilical no Paraná.		
Sistema de Proteção Social dos Militares Estaduais.		
Terceirização na Merenda Escolar.		
Sobre o fim dos Contratos de Pedágio no Paraná: 1997 - 2021 - Diagnóstico dos problemas, do passivo das estruturas e litígio nas concessões.		
A Lei nº 14.192 de Combate à Violência Política contra a Mulher.		
PLC 8/2021: Parcelamento do ICMS-ST às Farmácias.		
Paraná Quilombola.		
A obrigatoriedade do passaporte sanitário.		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Quedas de Energia.
Portaria 983 e Reordenamento do IFPR: Precarização da Educação Profissional.
Regularização da Ocupação Bupas em Foz do Iguaçu.
A Privatização da Eletrobrás, a Crise Hídrica e o risco de apagão no Paraná e Brasil.
Política Estadual de Agroecologia e Agricultura Orgânica. Por que o Paraná precisa de uma política Estadual
A linha de cuidados e tratamentos para pacientes com Atrofia Muscular Espinhal (AME)
Grandes Felinos do Paraná.
Apresentação do Relatório Detalhado do 2º quadrimestre de 2021 - SESA.
Abertura da Campanha Outubro Rosa 2021
A Implantação da Tecnologia 5G no Paraná
Prestação de Constas da SEFA - referente ao 2º quadrimestre 2021.
PL 962/2019 - regulamentação da Cannabis Sativa medicinal no SUS do Paraná.
Jornada Legal de 30 horas semanais - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8.
PEC 14 - Hidrelétricas
Plano para combater a deriva dos agrotóxicos na Sericultura, Meliponicultura e Viticultura na região de Maringá.
Lazer, Inclusão e Acessibilidade.
Em defesa do BPC: Prejuízos da Lei 14.176/2021, para acesso aos direitos das Pessoas com Deficiências e da Pessoa Idosa.
Retomada Segura do Setor de Eventos.
Direito à Terra e Território e conflitos fundiários no Paraná.
Terceirização na Educação Pública do Paraná.
Voto impresso: os riscos para a democracia.
Agosto Azul - Um toque pela Vida.
Dia Estadual da Juventude Rural.
Diagnóstico Precoce - A preocupante queda dos números de mamografias no Brasil durante a Pandemia de Coronavírus.
Lei Federal 13.935/2019 já! Assistentes Sociais e Psicólogos (as) na educação básica do Paraná.
Inovação e Vacinas.
Lançamento da Frente Parlamentar Ambientalista do Paraná.
Estratégias de Atenção às Pessoas com Doenças e Síndromes Raras.
Fórum Paranaense da Cannabis Medicinal.
Socorro à Cultura do Paraná.
Rios Urbanos de Ponta Grossa.
A falta de acesso à internet.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

A Crise Hídrica e o Papel do Estado.
Moradia, Direito à Cidade e Agricultura Urbana.
Tecnologia e Inovação no Agronegócio Paranaense.
Apresentação do Relatório Detalhado do 1º quadrimestre de 2021 - SESA.
Potencialidade da Erva-Mate no Estado do Paraná.
Fórum Regional Municípios Lixo Zero - Região Sul.
PEC nº 32 - Reforma Administrativa.
Prestação de Contas referente ao 1º quadrimestre de 2021 - SEFA.
Lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação no Paraná.
Debate a importância e gravidade do câncer de pele (melanoma).
A Retomada da Democracia e da Participação Social: o Enfrentamento da LGBTIfobia.
PL nº 2564/2020 que tramita no Senado Federal - Institui Piso Salarial Nacional de Enfermagem, de Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.
ICMS-ST O peso da Carga Tributária na Economia
PEC 32/2020, Reforma Administrativa e os Prejuízos para o Servidor Público.
Pedágio - estruturas cicloviárias e passagens de fauna.
Histórico do Parque Nacional do Iguaçu - Relevância para Biodiversidade.
As obras da Linha Verde / Trevo Atuba: Os atrasos na obra e os impactos gerados na vida da população.
A Contratação Temporária de Servidores no Tribunal de Justiça do Paraná
Direitos Humanos e qualidade de ensino: Irregularidades na Matriz Curricular do Ensino Médio.
Distribuição de Recursos da Lei Aldir Blanc (14.017/2020) e o PL nº 795/2020 Prorrogação
Em Defesa do Banco do Brasil
A Saúde e Segurança dos Trabalhadores do Setor Frigorífico em discussão - Revisão da NR 36.
Dia dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - CONSEG no Estado do Paraná.
Volta às aulas presenciais de forma segura no Paraná.
Comissão de Saúde Pública da Assembleia Legislativa com a Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Estado do Paraná - Fehospar.
A falta de acesso à energia elétrica em ocupações Urbanas e Rurais.
Implementação da Lei Federal nº 12.244 de 2010.
Reativação da Fábrica Araucária Nitrogenados S/A para Produção de Oxigênio Hospitalar
Os Desafios e as Demandas do Estado e dos servidores da Segurança Pública do Paraná.
Projeto de Lei nº 697/2019, que Garante a Liberação e Transporte Intermunicipal de Cadáveres.
Os Impactos da deriva do Agrotóxico na sericultura, apicultura, produção orgânica e agroecológica.
Impactos socioambientais ocasionados por PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas no PR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Apresentação do Relatório Detalhado do 3º quadrimestre de 2020 - SESA.		
Os Desafios da Mulher no Cenário atual		
Prestação de Constas da SEFA - referente ao 3º quadrimestre.		
Combate ao Racismo no Paraná: Processamento de denúncias de crimes raciais e a efetividade do Programa Estadual SOS Racismo.		
Projeto de Lei nº 4/2021, do Poder Executivo, que torna a educação atividade essencial do Paraná.		
Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o pedágio (17) (Cascavel - Foz do Iguaçu - Londrina - Cornélio Procópio - Guarapuava - Francisco Beltrão - Apucarana - Umuarama - Telêmaco Borba e Ortigueira - Paranavai - Paranagua - Ponta Grossa - Campo Mourão - Lapa e São Mateus do Sul - Jacarezinho - Maringá)		
Apresentação da Proposta do Governo Federal para concessão das rodovias no Paraná.		
Matriz Curricular do Ensino Médio: A importância das disciplinas de Filosofia, Sociologia e Artes.		
Reuniões	Total	243
Reunião de comissão permanente.	220	
Reunião do Bloco Parlamentar de Apoio à Agricultura Familiar.	2	
2º Encontro Estadual das Procuradorias da Mulher.	1	
Reunião da Frente Parlamentar do Pedágio.	2	
Reunião da Frente Parlamentar do Coronavírus.	8	
Comissão Especial - Examinar o cumprimento da ordem de vacinação contra covid-19.	10	
Leis Sancionadas/Promulgadas em 2021		
Altera o art. 146 da Constituição Estadual do Paraná.	Emenda Constitucional nº 49	
Cria o Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná no âmbito da Segurança Pública do Estado do Paraná.	Emenda Constitucional nº 50	
Acresce o art. 243C à Constituição do Estado do Paraná.	Emenda Constitucional nº 51	
Regulamenta no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná as regras permanentes do art. 35 da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 4 de dezembro de 2019, e dá outras providências.	Lei Complementar nº 233	
Dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Poder Judiciário do Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei Complementar nº 234	
Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº. 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.	Lei Complementar nº 235	
Altera a redação dos §§ 4º e 5º do art. 28 da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, que estabelece a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.	Lei Complementar nº 236	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Institui as Microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Oeste, do Centro-leste e do Centro-litoral e suas respectivas estruturas de governança.	Lei Complementar nº 237
Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.	Lei Complementar nº 238
Dispõe sobre o parcelamento de valores relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, sujeitos ao regime de substituição tributária, que foram objeto de comunicado de autorregularização pelo fisco estadual aos estabelecimentos varejistas de produtos farmacêuticos, na forma que especifica, altera a legislação tributária e dá outras providências.	Lei Complementar nº 239
Altera o inciso X do art.2º da Lei Complementar nº108, de 18 de maio de 2005, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.	Lei Complementar nº 240
Altera a Lei Complementar nº 130, de 14 de julho de 2010, que regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.	Lei Complementar nº 241
Altera as Leis Complementares nº 103, de 14 de março de 2004 e nº 123, de 9 de setembro de 2008, que dispõe sobre Plano de Carreira do Professor e do Quadro de Funcionários da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, respectivamente.	Lei Complementar nº 242
Altera a Lei Complementar nº 222, de 5 de maio de 2020, que dispõe sobre o funcionamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar e dá outras providências.	Lei Complementar nº 243
Altera as Leis nº 19.130, de 25 de setembro de 2017 e nº 20.338, de 6 de outubro de 2020.	Lei nº 20.505
Estabelece as atividades e serviços educacionais como atividade essencial no Estado do Paraná.	Lei nº 20.506
Institui a Semana do Contestado a ser realizada anualmente na semana do dia 20 de outubro.	Lei nº 20.507
Altera o caput e o § 1º, ambos do art. 2º da Lei nº 19.745, de 11 de dezembro de 2018.	Lei nº 20.508
Institui o Dia Estadual de Luta Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais a ser realizado anualmente em 5 de abril.	Lei nº 20.509
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Handebol de Pato Branco, com sede no Município de Pato Branco.	Lei nº 20.510
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Patobranquense de Futsal Feminino, com sede no Município de Pato Branco.	Lei nº 20.511



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Altera a Lei nº 4.449, de 20 de outubro de 1961, que considera de utilidade pública o Hospital Evangélico de Londrina.	Lei nº 20.512
Concede o Título de Utilidade Pública à Rede Feminina de Combate ao Câncer – Regional Carambeí, com sede no Município de Carambeí.	Lei nº 20.513
Dispõe sobre a proibição de aumento de tarifas de pedágios em contratos de concessão ou permissão quando houver atraso no cronograma de execução de obras ou melhoramentos.	Lei nº 20.514
Dispõe sobre a comunicação, aos pais ou responsáveis, sobre as ausências injustificadas dos alunos dos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, e dá outras providências.	Lei nº 20.515
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Judô dos Atletas de Maringá, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 20.516
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Tênis de Mesa de Irati, com sede no Município de Irati.	Lei nº 20.517
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Desportistas e Paradesportistas de Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu.	Lei nº 20.518
Concede o Título de Utilidade Pública à Agência de Desenvolvimento Turístico do Norte do Paraná, com sede de Município de Londrina.	Lei nº 20.519
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Pais e Amigos do Futsal de Paranaguá.	Lei nº 20.520
Institui o Dia do Muaythai a ser comemorado anualmente no dia 6 de fevereiro.	Lei nº 20.521
Institui a Semana de Conscientização e Prevenção Contra a Violência Infantil.	Lei nº 20.522
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Toledana de Esporte e Cultura.	Lei nº 20.523
Concede o Título de Utilidade Pública à Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas da Pesca e Acessórios Artesanais, com sede no Município de Santo Antônio da Platina.	Lei nº 20.524
Concede o Título de Capital dos Pinheirais ao Município de Turvo.	Lei nº 20.525
Concede o Título de Utilidade Pública a Organização Não Governamental Defesa Animal Bela Vista do Paraíso, com sede no Município de Bela Vista do Paraíso.	Lei nº 20.526
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Autistas Apucaranaenses.	Lei nº 20.527
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural e Esportiva de Cascavel, com sede no Município de Cascavel.	Lei nº 20.528
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação do Centro Comunitário de Capanema, com sede no Município de Prudentópolis.	Lei nº 20.529
Dispõe sobre a possibilidade de utilização do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública do Ministério da Justiça, por parte dos estacionamentos particulares do Estado do Paraná.	Lei nº 20.530



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.	Lei nº 20.531
Altera a Lei nº 14.975, de 28 de dezembro de 2005, que cria o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor.	Lei nº 20.532
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto de Ginástica Artística Paranaense, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 20.533
Denomina Pioneiro Antenor Domingues Ferreira o viaduto da BR-376, Km 156, acesso aos Conjuntos Parque Ouro Verde, Jardim Ipê 1 e à Jardim Ipê II, no Município de Mandaguaçu.	Lei nº 20.534
Denomina Licério Rodrigues Andrade o viaduto da BR-376, no Km 145, situado no Município de Presidente Castelo Branco.	Lei nº 20.535
Concede o Título de Utilidade Pública à União Protetora dos Animais de Bituruna, com sede no Município de Bituruna.	Lei nº 20.536
Dispõe sobre as relações entre as Instituições de Ensino Superior, os Hospitais Universitários e os Institutos de Ciência e Tecnologia públicos do Estado do Paraná e suas Fundações de Apoio.	Lei nº 20.537
Institui o Orçamento da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná.	Lei nº 20.538
Cria a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 20.539
Dispõe sobre política pública de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao fomento de novos negócios, e a integração entre o setor público e o setor privado em ambiente produtivo no Estado do Paraná.	Lei nº 20.540
Dispõe sobre política pública de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao fomento de novos negócios, e a integração entre o setor público e o setor privado em ambiente produtivo no Estado do Paraná.	Lei nº 20.541
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto de Promoção, Apoio, Desenvolvimento Social, Aperfeiçoamento e Capacitação Profissional, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 20.542
Institui o Dia Estadual das Policiais Feminina Civil e Militar.	Lei nº 20.543
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Acadêmicos de Engenheiro Beltrão, com sede no Município de Engenheiro Beltrão.	Lei nº 20.544
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor José Jacó Vieira.	Lei nº 20.545
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Paranaense Amigos do Cavalo, com sede no Município de Apucarana.	Lei nº 20.546
Altera a Lei nº 18.253, de 1º de outubro de 2014, que concede Título de Utilidade Pública.	Lei nº 20.547
Altera a Lei nº 17.734, de 29 de outubro de 2013, que cria o Programa Família Paranaense, destinado ao atendimento e promoção de famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais.	Lei nº 20.548
Revoga a Lei nº 12.030, de 30 de janeiro de 1998.	Lei nº 20.549



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Concede Título de Utilidade Pública à Associação Comunitária Rural Unidos de Santo Expedito, com sede no Município de Inácio Martins.	Lei nº 20.550
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Basquetebol, com sede no Município de Foz do Iguaçu.	Lei nº 20.551
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Revendedores de Insumos Agropecuários dos Campos Gerais, com sede no Município de Ponta Grossa.	Lei nº 20.552
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Eliane Futsal Feminino, com sede no Município de Campo Mourão.	Lei nº 20.553
Altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS para incluir no Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná - FECOP e também prestações de serviço de comunicação, veículos automotores novos e energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural, e dá outras providências.	Lei nº 20.554
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 20.555
Institui o Dia do Presbítero a ser celebrado anualmente no 1º domingo do mês de agosto.	Lei nº 20.556
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto da Caridade Universal do Brasil, com sede no Município de Foz do Iguaçu.	Lei nº 20.557
Institui o Dia do Auditor de Controle Externo a ser celebrado anualmente em 27 de abril.	Lei nº 20.558
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Atletas da Natação de Maringá.	Lei nº 20.559
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Goioerê, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.560
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Esportiva Águia Azul, com sede no Município de Quedas do Iguaçu.	Lei nº 20.561
Denomina Professor José Sanches a passarela localizada no Km 156 da BR- 376, no Município de Mandaguaçu.	Lei nº 20.562
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Doadores de Marechal Cândido Rondon – Associação Sangue Bom, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon.	Lei nº 20.563
Denomina William Haj Mussi a passarela localizada no Km 109 da BR 277 (Cercadinho), no Município de Campo Largo.	Lei nº 20.564
Concede o Título de Utilidade Pública ao Lar Acelino, com sede no Município de Palmeira.	Lei nº 20.565
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Esporte em Ação, com sede no Município de Guarapuava.	Lei nº 20.566
Institui a Semana de Conscientização dos Riscos do Botulismo a ser realizada na última semana de janeiro.	Lei nº 20.567
Dispõe sobre penalidades a serem aplicadas aos torcedores e aos clubes de futebol cujas torcidas praticarem atos de racismo, de injúrias raciais e/ou de homofobia em estádios do Estado do Paraná.	Lei nº 20.568



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, até o montante de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, para financiamento do Projeto de Inovação e Modernização da Gestão Pública no Paraná.	Lei nº 20.569
Autoriza o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER a alienar, mediante processo licitatório, o bem imóvel que especifica, e dá outras providências.	Lei nº 20.570
Institui a campanha Abril Verde, de prevenção aos acidentes do trabalho e às doenças ocupacionais.	Lei nº 20.571
Insera no Roteiro Oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná o Recanto Dom Bosco, situado no Distrito de Sumaré, Município de Paranavaí.	Lei nº 20.572
Concede o Título de Utilidade Pública à Casa de Apoio Divina Providência, com sede no Município de Apucarana.	Lei nº 20.573
Altera a Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, que dispõe sobre o Código da Polícia Militar do Estado do Paraná, e a Lei nº 17.169, de 24 de maio de 2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República.	Lei nº 20.574
Altera o art. 7º da Lei nº 20.328, de 18 de setembro de 2020, que dispõe sobre a autorização de pagamento da subvenção econômica nos contratos de aprendizagem em caráter emergencial para minimizar os efeitos da situação de calamidade pública no Estado do Paraná.	Lei nº 20.575
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 20.576
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Projeto Ajudei, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 20.577
Insera no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná as Festas do Lavrador e do Fumicultor, a serem comemoradas anualmente no último domingo do mês de abril, no Município de São João do Triunfo.	Lei nº 20.578
Insera a Semana da Reciclagem no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.	Lei nº 20.579
Institui o Dia do Psicanalista a ser realizado anualmente em 6 de maio.	Lei nº 20.580
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Olhar Solidário, com sede no Município de Colombo.	Lei nº 20.581
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Idosos Renascer de Nova Cantu, com sede no Município de Nova Cantu.	Lei nº 20.582
Institui o Auxílio Emergencial para Microempresas e Microempreendedores Individuais cadastrados nos grupos de atividades econômicas especificados nesta Lei e dá outras providências.	Lei nº 20.583
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Vicentino's do Brasil com sede no Município de Marialva.	Lei nº 20.584
Institui o mês Março Roxo dedicado à realização de ações de conscientização sobre a epilepsia.	Lei nº 20.585



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Recreativa Eclpse, com sede no Município de Dois Vizinhos.	Lei nº 20.586
Altera a Lei nº 14.450, de 30 de junho de 2004, que declara de Utilidade Pública a Associação Canaã de Proteção aos Menores, com sede e foro no Município de Guarapuava, para mudança da razão social.	Lei nº 20.587
Institui o Dia Estadual da Saúde Única a ser celebrado anualmente em 3 de novembro.	Lei nº 20.588
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Amparo aos Animais Abandonados de Carambeí, com sede no Município de Carambeí.	Lei nº 20.589
Concede o Título de Utilidade Pública a Associação de Kung Fu Long Chuan, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 20.590
Denomina Pioneiro Juvenal Baldin a passarela localizada no Km 157, da BR-376, que liga os Jardins América, São Rafael e Atlântico ao Conjunto Tancredo Neves, no Município de Mandaguaçu.	Lei nº 20.591
Concede o Título de Capital do Café do Norte Central do Paraná ao Município de Mandaguari.	Lei nº 20.592
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural dos Peões e Prendas de Três Barras, com sede no Município de Três Barras.	Lei nº 20.593
Institui a Semana Estadual da Conscientização e Incentivo à Doação de Sangue por parte dos servidores públicos do Estado do Paraná. a ser realizada anualmente na terceira semana de dezembro.	Lei nº 20.594
Institui no Estado do Paraná o Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho, como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, medida de combate e prevenção à violência doméstica, conforme a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	Lei nº 20.595
Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de aumento de capital social no Instituto de Tecnologia do Paraná, nas condições e até o valor que especifica.	Lei nº 20.596
Institui o Programa Estadual de Aprendizagem no Estado do Paraná e adota outras providências.	Lei nº 20.597
Autoriza a alienação do potencial construtivo de imóveis de propriedade do Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 20.598
Altera a Lei nº 17.799, de 5 de dezembro de 2013, que institui o Dia da Valorização das Pessoas com Síndrome de Down, a ser realizado anualmente em 21 de março.	Lei nº 20.599
Autoriza o Poder Executivo a praticar todos os atos necessários à extinção da Companhia Paranaense de Securitização.	Lei nº 20.600
Altera a Lei n.º 20.009, de 13 de novembro de 2019, que instituiu o Programa de Intercâmbio Internacional Ganhando o Mundo.	Lei nº 20.601
Institui o eixo socioeconômico dos municípios produtores de pinhão	Lei nº 20.602
Concede Título de Utilidade Pública à Associação Santaelenense de Voleibol, com sede no Município de Santa Helena.	Lei nº 20.603



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Concede Título de Utilidade Pública à Associação Protetora dos Animais de Jandaia do Sul – Anjos de 4 Patas, com sede no Município de Jandaia do Sul.	Lei nº 20.604
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Novo Esporte Litoral Paranaense, com sede no Município de Apucarana.	Lei nº 20.605
Concede o Título de Utilidade à Associação Comunitária de Produtores da Agricultura Familiar e Artesanato de Nova Cantu, com sede no Município de Nova Cantu.	Lei nº 20.606
Dispõe sobre o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 20.607
Denomina Dimas Antonio Leugi o viaduto a ser construído na BR-376 - Rodovia do Café - Km 240 + 635 metros (Avenida Contorno Sul), Trecho XXVII-8, no Município de Apucarana, como específica.	Lei nº 20.608
Concede o Título de Utilidade Pública ao Observatório de Justiça e Conservação, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 20.609
Institui o Portal Turístico Ilha do Sol.	Lei nº 20.610
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor José Moacir Turquino.	Lei nº 20.611
Denomina Deputado Santinho Furtado os trechos da Rodovia PR-439 conforme específica.	Lei nº 20.612
Institui a Semana de Defesa Agropecuária e o Fórum Estadual de Promoção da Sanidade Animal, a serem realizados anualmente na semana que incluir o dia 25 de novembro.	Lei nº 20.613
Institui a Semana Estadual de Mobilização e Conscientização sobre Brincadeiras Perigosas a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de junho.	Lei nº 20.614
Concede ao Município de Santa Mônica o Título de Capital Estadual do Abacaxi.	Lei nº 20.615
Concede o Título de Utilidade Pública à União Independente de Pais e Atletas (Foz Cataratas Futsal), com sede no Município de Foz do Iguaçu.	Lei nº 20.616
Altera dispositivos da Lei nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, que dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual, e dá outras providências.	Lei nº 20.617
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 20.618
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Faxinal, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.619
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Rio Negro do imóvel que especifica.	Lei nº 20.620
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Colombo, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.621
Altera a Lei nº 18.944, de 20 de dezembro de 2016, que institui a Semana Estadual de Nutrição e Alimentação Saudável.	Lei nº 20.622



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Mauricio Gehlen.	Lei nº 20.623
Altera a Lei nº 19.469, de 24 de abril de 2018, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Beneficente Maria de Lourdes Farias Santos, com sede no Município de Colombo.	Lei nº 20.624
Denomina Itacir José Nardino, a trincheira localizada na BR 376, entre os Km 267 e 268, no Bairro Leão do Norte, Município de Marilândia do Sul.	Lei nº 20.625
Institui o Programa Estadual de Desburocratização e Simplificação - DESCOMPLICA PARANÁ.	Lei nº 20.626
Dispõe sobre a comercialização de botijões de gás liquefeito de petróleo engarrafado no Estado do Paraná.	Lei nº 20.627
Dispõe sobre a comunicação por hospitais de recém-nascidos com fissura labiopalatal às instituições que especifica.	Lei nº 20.628
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Esporte Para Todos, com sede no Município de Cambé.	Lei nº 20.629
Altera a Lei nº 19.116, de 11 de setembro de 2017, que autoriza a cessão de imóvel ao Município de Presidente Castelo Branco.	Lei nº 20.630
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro Cultural Beneficente Islâmico de Foz do Iguaçu, com sede no Município de Foz do Iguaçu.	Lei nº 20.631
Denomina Levino Mascarello o trevo de acesso ao Município de Mariópolis, na PR-280, no sentido do Município de Clevelândia.	Lei nº 20.632
Autoriza o Poder Executivo a dar quitação recíproca de créditos e débitos entre o Governo do Estado do Paraná e o Fundo de Desenvolvimento Econômico e autoriza o Poder Executivo a converter créditos de sua titularidade.	Lei nº 20.633
Institui o Programa Retoma Paraná viabilizando aos contribuintes em recuperação judicial ou extrajudicial ou em regime falimentar, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, condições mais benéficas para saldar seus débitos, por força da crise econômica ocorrida pela pandemia da Covid-19.	Lei nº 20.634
Altera dispositivos das Leis nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012, e nº 18.469, de 30 de abril de 2015, para revisão e reestruturação do plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social e adequações ao Sistema de Proteção Social e dá outras providências.	Lei nº 20.635
Altera a Lei nº 11.571, de 5 de novembro de 1996, que torna obrigatória a Instalação de Porta de Segurança nas Agências Bancárias do Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 20.636
Altera a Lei nº 20.593, de 27 de maio de 2021, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural dos Peões e Prendas de Três Barras, com sede no Município de Três Barras.	Lei nº 20.637
Denomina Paulo Walmor Kummel o trecho da BR-369, compreendido entre o Km 180 e o Km 190, no Município de Arapongas.	Lei nº 20.638
Concede Título de Capital Paranaense do Turismo de Aventura ao Município de Sapopema.	Lei nº 20.639



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.	Lei nº 20.640
Dispõe sobre a isenção da contribuição para o Sistema de Proteção Social, já concedida em 4 de dezembro de 2019, para militares estaduais reformados e pensionistas com moléstias graves.	Lei nº 20.641
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Karatê-Do Exata, com sede no Município de Campo Mourão.	Lei nº 20.642
Institui o Dia Estadual de Conscientização Sobre a Síndrome de Tourette a ser realizado anualmente em 7 de junho.	Lei nº 20.643
Denomina Padres Carmelitas a ponte sobre o Rio Ribeirão Vinte e Dois localizada na Rodovia Heitor Alencar Furtado – PR-218, no Distrito de Graciosa, Município de Paranaíba.	Lei nº 20.644
Denomina Prefeito Marcelo Puppi os viadutos situados na Rodovia BR-277, no Km 104 (Jardim Guarany) e no Km 109 (Cercadinho), ambos no Município de Campo Largo.	Lei nº 20.645
Institui o Dia do Jiu-Jitsu ser comemorado anualmente em 30 de agosto.	Lei nº 20.646
Cria Funções de Gestão Pública no âmbito do Poder Executivo e adota outras providências.	Lei nº 20.647
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2022.	Lei nº 20.648
Dispõe sobre as penalidades para quem burlar a prioridade de vacinação estabelecida pelo Poder Público.	Lei nº 20.649
Estabelece as diretrizes a serem observadas pelos novos contratos de concessão relativos à malha ferroviária, localizada no Território do Estado do Paraná.	Lei nº 20.650
Institui o Dia Estadual do Patrimônio Cultural a ser comemorado anualmente em 17 de agosto.	Lei nº 20.651
Insera no Roteiro Oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, situado no Município de Itaipulândia, e insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a peregrinação de fiéis ao Santuário que ocorre anualmente na semana de 12 de outubro	Lei nº 20.652
Concede o Título de Capital Paranaense do Arroz Irrigado ao Município de Querência do Norte.	Lei nº 20.653
Institui o Dia Estadual do Fusca, a ser realizado anualmente em 22 de junho.	Lei nº 20.654
Concede o Título de Capital Paranaense Polonesa ao Município de São Mateus do Sul e insere no Calendário Oficial de Eventos no Estado do Paraná a Festa Tradycyjne Polskie, a ser realizada anualmente no último sábado do mês de agosto.	Lei nº 20.655
Estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná.	Lei nº 20.656



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Prorroga até 31 de julho de 2021 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas entre a Secretaria de Saúde do Paraná e os prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná.	Lei nº 20.657
Dispõe sobre o programa de incentivo à utilização da Musicoterapia como Tratamento Terapêutico Complementar de Pessoas com Deficiência, Síndromes e/ou Transtorno do Espectro Autista.	Lei nº 20.658
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 20.659
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 20.660
Denomina Rodovia Miguel Aguiar o trecho da PR-281, que liga o Município de Mangueirinha ao entroncamento com a BR-373.	Lei nº 20.661
Institui o Dia do Paraná em 29 de agosto e dá outras providências.	Lei nº 20.662
Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o mês Dezembro Transparente, dedicado à promoção de ações que visem à implantação de uma cultura de transparência, de prevenção e de combate à corrupção durante todo o ano.	Lei nº 20.663
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Beltronense de Voleibol, com sede no Município de Francisco Beltrão.	Lei nº 20.664
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Plural, com sede no Município de Cornélio Procópio.	Lei nº 20.665
Concede o Título de Utilidade Pública à Software by Maringá, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 20.666
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Recuperação Missionário de Cristo, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 20.667
Autoriza o Estado do Paraná a delegar à União, a administração e a exploração de rodovias estaduais.	Lei nº 20.668
Autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR EMATER, desafetar e doar, ao Município de Itaipulândia, o imóvel que especifica.	Lei nº 20.669
Altera dispositivos da Lei nº 20.084, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Programa Cartão Futuro no Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 20.670
Altera o caput do art. 1º da Lei nº 8.627, de 9 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos diagnósticos que especifica, nas crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares mantidas pelo Estado do Paraná.	Lei nº 20.671
Dispõe sobre a obrigatoriedade dos órgãos responsáveis pelas represas de captação de água utilizada pela população, a plantar mudas nativas no entorno de todo o reservatório com o objetivo de melhorar a capacidade de retenção e qualidade da água captada pela Sanepar.	Lei nº 20.672
Institui o Circuito Cicloturístico Rota Norte Pé Vermelho.	Lei nº 20.673
Denomina Soldado Lucas Liça o viaduto situado na BR-277, no Km 104 (Jardim Guarany), localizado no Município de Campo Largo.	Lei nº 20.674



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Institui a Semana Estadual da Mulher do Campo, a ser comemorado anualmente na última semana do mês de maio.	Lei nº 20.675
Dispõe sobre a divulgação do valor do Imposto Sobre Serviços repassado aos municípios através do Programa de Concessões de Rodovias do Estado do Paraná.	Lei nº 20.676
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Município de Ângulo, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.677
Altera a Lei nº 20.214, de 26 de maio de 2020, que institui a Semana Farroupilha de Cascavel, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 20 de setembro, no Município de Cascavel.	Lei nº 20.678
Institui a Semana Estadual de Educação Financeira a ser realizada anualmente na semana que compreender o dia 20 de maio.	Lei nº 20.679
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação do segmento rodoviário que especifica e a transferência deste ao Município de Cascavel.	Lei nº 20.680
Institui a Ciclorrota Norte Central no Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 20.681
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Turística do Norte Pioneiro do Paraná, com sede no Município de Andirá.	Lei nº 20.682
Institui o Dia Estadual do Apicultor, a ser comemorado anualmente em 22 de maio, e insere a referida data no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.	Lei nº 20.683
Revoga a Lei nº 11.623, de 2 de dezembro de 1996, que autoriza a doação de imóvel à Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região.	Lei nº 20.684
Dispõe sobre o videomonitoramento de obras públicas custeadas direta ou indiretamente, total ou parcialmente, com recursos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 20.685
Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a fim de financiar, parcialmente, a execução do Projeto de Modernização da Controladoria Geral do Estado, e dá outras providências.	Lei nº 20.686
Dispõe sobre o cancelamento ou a suspensão de plano de telefonia, na vigência de contrato de permanência mínima, nos casos de furto ou roubo do aparelho ou chip celular, e dá outras providências.	Lei nº 20.687
Veda a retenção e descontos no pagamento de prêmios e de recursos emergenciais, ao setor cultural, previsto na Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, e a exigência de certidão negativa de dívida com entes federativos, para acesso aos recursos, na forma que menciona.	Lei nº 20.688
Altera a Lei nº 20.334, de 30 de setembro de 2020, que dispõe sobre a utilização dos recursos provenientes da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, por meio do Fundo Estadual de Cultura do Estado do Paraná, conforme a Lei Federal nº 14.150, de 12 de maio de 2021.	Lei nº 20.689



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de segmentos rodoviários estadual que especifica e a transferência destes aos municípios de Ivaiporã e Jardim Alegre.	Lei nº 20.690
Dispõe sobre a destinação das doses remanescentes das vacinas contra a Covid-19 no Estado do Paraná.	Lei nº 20.691
Garante a liberação de cadáveres para transporte intermunicipal.	Lei nº 20.692
Institui o Dia do Rio Pirapó a ser comemorado anualmente em 10 de dezembro.	Lei nº 20.693
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção dos Animais de Colorado, com sede no Município de Colorado.	Lei nº 20.694
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Assaí, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.695
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Jardim Alegre, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.696
Altera a Lei nº 19.136, de 27 de setembro de 2017, que autorizou a doação de imóvel ao município de Almirante Tamandaré.	Lei nº 20.697
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Santa Terezinha do Itaipu, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.698
Altera a Lei nº 16.309, de 15 de dezembro de 2009, que autorizou a doação ao Município de Engenheiro Beltrão.	Lei nº 20.699
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Tibagi, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.700
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 20.701
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 20.702
Altera o art. 2º da Lei nº 20.560, de 10 de maio de 2021, que autoriza a doação de imóvel ao Município de Goioerê.	Lei nº 20.703
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Moradores de Engenheiro Gutierrez, com sede no Município de Irati.	Lei nº 20.704
Concede o Título de Utilidade Pública ao Coletivo Inclusão, com sede no Município de Fazenda Rio Grande.	Lei nº 20.705
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Município de Araucária, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.706
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Gestão Cultural, Artística e Esportiva Guarapuava, com sede no Município de Guarapuava.	Lei nº 20.707
Dispõe sobre a separação do lixo orgânico e do lixo reciclável nas repartições públicas estaduais.	Lei nº 20.708
Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia do Conselheiro Cristão a ser celebrado anualmente em 31 de outubro.	Lei nº 20.709
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Desportiva Padre Carlos, com sede no Município de Ponta Grossa.	Lei nº 20.710
Altera a Lei nº 15.994, de 2 de dezembro de 2008, que declara de Utilidade Pública a SISALON - Sistema Integrado de Saúde de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.	Lei nº 20.711



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Aprova a construção dos empreendimentos hidrelétricos e de geração de energia que especifica.	Lei nº 20.712
Dispõe sobre a concessão e manutenção de aposentadoria aos serventuários da justiça e aos titulares de serviços notariais e registrais do Paraná, não remunerados pelos cofres públicos e das outras providências outras providências.	Lei nº 20.713
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Formosa do Oeste, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.714
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Manfrinópolis, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.715
Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiamento parcial do Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná.	Lei nº 20.716
Dispõe sobre a promoção da dignidade menstrual no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências.	Lei nº 20.717
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Rio Bonito do Iguaçu, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.718
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Mariópolis, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.719
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Marialva, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.720
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Município de Leópolis, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.721
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Tratamento e Recuperação Renovação em Cristo, com sede no Município de Pinhão.	Lei nº 20.722
Institui a Semana Estadual do Rim, do Combate à Insuficiência Renal Crônica e do Paciente Transplantado, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de março.	Lei nº 20.723
Altera a Lei nº 7.710, de 18 de maio de 1983, que declara de utilidade pública o LAR DE NAZARÉ - Assistência à Velhice Desamparada, com sede e foro na cidade de União da Vitória.	Lei nº 20.724
Concede o título de Utilidade Pública à Associação Gebana Brasil Solidária, com sede no município de Capanema.	Lei nº 20.725
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Cidade Gaúcha, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.726
Denomina Antonio Carrion Sanches o viaduto localizado na PR-492 no Km 16,5, entroncamento com a PR-685 KM 0, no Município de Tamboara.	Lei nº 20.727
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Nova Laranjeiras, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.728
Altera a Lei n.º 11.360, de 3 de abril de 1996, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio ao Ciclista, com sede e foro nesta Capital.	Lei nº 20.729



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Altera o inciso III do art. 3º, da Lei nº 19.311, de 18 de dezembro de 2017, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Santa Terezinha do Itaipu.	Lei nº 20.730
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Ribeirão do Pinhal, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.731
Autoriza o Poder Executivo a prestar contra garantia à União relativamente a garantia concedida por esta em operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE junto ao New Development Bank - NDB - e dá outras providências.	Lei nº 20.732
Dá nova redação ao Anexo Único da Lei nº 18.794, de 25 de maio de 2016, que criou cargos em comissão de livre nomeação e livre exoneração no âmbito da Companhia de Habitação do Paraná.	Lei nº 20.733
Altera dispositivo da Lei nº 16.644, de 24 de novembro de 2010, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 11.863, de 23 de outubro de 1997, que institui a Semana Estadual do Idoso e a Conferência Estadual dos Direitos do Idoso e adota outras providências.	Lei nº 20.734
Altera dispositivo da Lei nº 17.548, de 17 de abril de 2013, que autoriza do Poder Executivo a custear as despesas dos conselheiros integrantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Estadual de Assistência Social.	Lei nº 20.735
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Santa Mariana, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.736
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Sulina, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.737
Institui o Programa Paraná Mais Verde e dá outras providências.	Lei nº 20.738
Institui as diretrizes do ensino domiciliar (homeschooling) no âmbito da educação básica no Estado do Paraná.	Lei nº 20.739
Dispõe sobre as normas pertinentes aos descontos e consignação em folhas de pagamento de servidores civis e militares, ativos e inativos, assim como de Pensionistas de geradores de pensão do Estado do Paraná, e dá outras providências.	Lei nº 20.740
Altera dispositivos da Lei nº 16.019, de 19 de dezembro de 2008, que institui o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais.	Lei nº 20.741
Altera dispositivo da Lei nº 12.945, de 5 de setembro de 2000, que instituiu o Fundo Estadual do Meio Ambiente, conforme especifica.	Lei nº 20.742
Institui o Programa de Recuperação dos Ativos e Créditos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, e adota outras providências.	Lei nº 20.743



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Dispõe sobre as regras para a constituição e normas gerais de funcionamento de ambiente regulatório experimental no Estado do Paraná.	Lei nº 20.744
Dispõe sobre a aplicação de dose complementar de imunizante contra a Covid-19 no Estado do Paraná.	Lei nº 20.745
Concede o Título de Capital Estadual do Café Gourmet ao Município de Cambira.	Lei nº 20.746
Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa de Transferência de Renda, nas condições que especifica.	Lei nº 20.747
Reconhece o Footgolf como modalidade esportiva no Estado do Paraná.	Lei nº 20.748
Denomina Vitalino Piovesan o viaduto localizado na Rodovia BR-369, Km 500, no Município de Corbélia.	Lei nº 20.749
Concede o Título de Capital do Milho Safrinha ao Município de Floresta.	Lei nº 20.750
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Barcímio Sicupira Junior.	Lei nº 20.751
Institui a Semana da Divulgação Científica a ser comemorada anualmente na semana do dia 16 de outubro.	Lei nº 20.752
Denomina Mário Mistura o trecho da PR-182 que liga o Município de Francisco Alves ao Município de Palotina.	Lei nº 20.753
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Compliance Afro Indígena Socioassistencial, com sede no Município de Campo Largo.	Lei nº 20.754
Institui o Circuito Cicloturístico Rota Oeste.	Lei nº 20.755
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Primeiro de Maio, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.756
Concede o Título de Capital do Talian ao Município de Colombo.	Lei nº 20.757
Institui o Circuito Cicloturístico Quilombos da Ribeira e Parque das Lauráceas.	Lei nº 20.758
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comunitária de Moradores do Bairro Taboão de Agudos do Sul - PR, com sede no Município de Agudos do Sul.	Lei nº 20.759
Institui o Circuito Cicloturístico Rota Vale do Ivaí.	Lei nº 20.760
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Centro de Convivência Arte & Vida, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.761



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Estabelece preceitos e objetivos para apoio e qualificação dos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Sistema Único de Saúde do Paraná.	Lei nº 20.762
Altera a Lei nº 19.308 de 14 de dezembro de 2017, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Quitandinha.	Lei nº 20.763
Autoriza o Poder Executivo a efetuar aquisição, ao Município de Cambará, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.764
Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 16.185, de 17 de julho de 2009, que autoriza a doação de imóvel ao Município de Porto Rico.	Lei nº 20.765
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Sengés, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.766
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Honório Serpa, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.767
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Porto Barreiro, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.768
Altera a nomenclatura do cargo de Analista de Controle para Auditor de Controle Externo constante nas Leis nº 15.854, de 16 de junho de 2008, nº 16.749, de 29 de dezembro de 2010, nº 17.423, de 18 de dezembro de 2012, e nº 18.691, de 22 de dezembro de 2015.	Lei nº 20.769
Dispõe sobre a manutenção e disponibilização de banco de dados contendo histórico de informações a respeito de veículos licenciados no Estado do Paraná.	Lei nº 20.770
Cria a Gratificação Especial pelo Serviço do Inativo dos Integrantes do Colégio Cívico-Militar, e altera dispositivos das Leis nº 17.169, de 24 de maio de 2012, nº 19.130, de 25 de setembro de 2017, e nº 20.338, de 6 de outubro de 2020.	Lei nº 20.771
Denomina Renato Turquino, o viaduto localizado no entrocamento da PR-323 com a PR-160, no Município de Sertaneja.	Lei nº 20.772
Concede Título de Utilidade Pública ao Centro de Recuperação REVI - Restaurar Vidas, com sede no Município de Piraquara.	Lei nº 20.773
Insera os §§ 1º e 2º no art. 256 da Lei nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.	Lei nº 20.774
Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 17.992, de 21 de março de 2014, que dispõe sobre o capital social autorizado da SANEPAR.	Lei nº 20.775
Dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de programa de logística reversa pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de café em cápsulas.	Lei nº 20.776
Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 20.777
Dispõe acerca do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e adota outras providências.	Lei nº 20.778



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Altera a Lei nº 11.337, de 17 de janeiro de 1996, declara de Utilidade Pública ao Conselho de Desenvolvimento dos Municípios do Lago de Itaipu, com sede e foro na cidade onde residir o seu Presidente.	Lei nº 20.779
Denomina Ivo Possatto o viaduto localizado no trecho 092S0150EPR da PR-092, cruzamento com a Rua José Jorge Direne, no Município de Arapoti.	Lei nº 20.780
Altera a Lei nº 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020 a 2023.	Lei nº 20.781
Concede o Título de Utilidade Pública à Central de Associações Rurais do Município de Guarapuava, com sede no Município de Guarapuava.	Lei nº 20.782
Denomina Rodovia Nelson Farhat a PR-180 que liga o Município de Cafelândia até o Município de Cascavel.	Lei nº 20.783
Autoriza o Poder Executivo a alienar bem imóvel de sua propriedade.	Lei nº 20.784
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão ao Município de Mandaguari, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.785
Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 17.878, de 19 de dezembro de 2013, que autorizou a doação de imóvel ao município de Sengés.	Lei nº 20.786
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Nova Laranjeiras, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.787
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Rio Negro, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.788
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Fazenda Rio Grande, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.789
Autoriza o Poder Executivo a doar ou ceder bens móveis declarados inservíveis ou desnecessários ao serviço público.	Lei nº 20.790
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Pinhal de São Bento, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.791
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de São Jerônimo da Serra, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.792
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Município de São Manoel do Paraná, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.793
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Santa Tereza do Oeste, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.794
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Porto Barreiro, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.795
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Palotina, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.796
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Rio Azul, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.797
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.798
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Entre Rios do Oeste, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.799
Autoriza o Poder Executivo a efetuar Cessão ao Município de Santa Helena, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.800



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Altônia, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.801
Autoriza o Poder Executivo a efetuar Cessão, à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.802
Autoriza o Poder Executivo a efetuar Cessão, à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.803
Autoriza o Poder Executivo a efetuar Cessão, à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná do imóvel que especifica.	Lei nº 20.804
Autoriza o Poder Executivo a efetuar Cessão, à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.805
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Município de Ivaiporã, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.806
Cria cargos no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná e adota outras providências.	Lei nº 20.808
Revoga o inciso I do § 3º do art. 1º da Lei nº 11.571, de 5 de novembro de 1996, que dispõe sobre a instalação obrigatória de itens de segurança nas agências e postos de serviços bancários.	Lei nº 20.809
Institui a Semana Paranaense de Conscientização Contra o Abandono de Animais, a ser realizada na primeira semana do mês de dezembro.	Lei nº 20.810
Altera a Lei nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011 que cria a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 20.811
Denomina Djalma Chiappin Filho, Mauro Conchesso de Vitro e João Aparecido dos Santos, os viadutos localizados na BR-376, acessos ao Município de Paranavaí.	Lei nº 20.812
Concede o Título de Utilidade Pública à Amor Maior – Associação de Atendimento e Apoio ao Autista de Tijucas do Sul-PR, com sede no Município de Tijucas do Sul.	Lei nº 20.813
Concede o Título de Utilidade Pública à Rodrigo Bastos Associação de Tiro Esportivo, com sede no Município de Guarapuava.	Lei nº 20.814
Altera a Lei nº 20.605, de 8 de junho de 2021, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Novo Esporte Litoral Paranaense.	Lei nº 20.815
Autoriza a administração pública direta e indireta do Estado do Paraná a ceder, a título gratuito, o uso de imóveis ao IBGE, para instalação de Postos de Coleta para levantamento censitário, e dá outras providências.	Lei nº 20.816
Autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da CELEPAR.	Lei nº 20.817
Altera a Lei nº 20.583, de 26 de maio de 2021, que institui o Auxílio Emergencial para Microempresas (ME) e Microempreendedores Individuais cadastrados nos grupos de atividades econômicas especificados nesta Lei e dá outras providências.	Lei nº 20.818
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 20.819
Denomina Altair José Alessi a via marginal localizada às margens da BR-373, entre o km 262 e o km 268, no Município de Prudentópolis.	Lei nº 20.820



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Denomina Susumo Itimura o viaduto localizado no entroncamento da BR-369 com a PR-442 no acesso ao Município de Uraí.	Lei nº 20.821
Denomina Prefeito Alexandre Basso o viaduto localizado no entroncamento da BR-369 com a PR-525 no acesso ao Município de Nova América da Colina.	Lei nº 20.822
Denomina Prefeito Márcio Pozzi o viaduto localizado no entroncamento da BR-369 com a rodovia municipal de acesso ao Distrito de Congonhas, Município de Cornélio Procópio.	Lei nº 20.823
Desafetação e autorização para o Poder Executivo alienar bens imóveis de sua propriedade.	Lei nº 20.824
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Casa Dona Vani, com sede no Município de Cascavel.	Lei nº 20.825
Autoriza o Poder Executivo a criar Fundos Rotativos para os Órgãos que especifica.	Lei nº 20.826
Dispõe sobre a divulgação dos direitos e deveres relativos à Parentalidade Responsável no Estado do Paraná.	Lei nº 20.827
Denomina José Wendolino Schuroff, o trevo localizado na PR-218 no Km 376, entre o Município de Paranaíba e o Distrito de Graciosa, acesso ao Distrito de Mandiocaba, coordenadas 23º 04' 25.10" S; 52º 35' 56.07" W.	Lei nº 20.828
Concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Tereza Rosa de Oliveira Rodrigues.	Lei nº 20.829
Altera a Lei nº 14.165, de 29 de outubro de 2003, que dispõe sobre o atendimento prioritário aos portadores de deficiência nas condições que especifica.	Lei nº 20.830
Autoriza a Companhia de Habitação do Paraná a efetuar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Florestópolis.	Lei nº 20.831
Autoriza o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná a efetuar a Doação, ao Município de Agudos do Sul, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.832
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Figueira, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.833
Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo efetuar a desafetação de trechos rodoviários que especifica e a transferência destes ao Município de Pato Bragado.	Lei nº 20.834
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Rio Azul, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.835
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Rio Azul, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.836
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Cascavel, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.837
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Jaguariaíva, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.838
Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo efetuar a desafetação dos trechos rodoviários estaduais que especifica e a transferência destes à União.	Lei nº 20.839



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Município de Cascavel, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.840
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Barbosa Ferraz, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.841
Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 17.035, de 21 de dezembro de 2011, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Ipiranga.	Lei nº 20.842
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Paraíso do Norte, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.843
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Guairaçá, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.844
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Porto Amazonas, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.845
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.846
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.847
Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo efetuar a desafetação de trecho rodoviário que especifica e a transferência deste ao Município de Imbituva.	Lei nº 20.848
Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo efetuar a desafetação de trecho rodoviário que especifica e a transferência deste ao Município de Três Barras do Paraná.	Lei nº 20.849
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Figueira, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.850
Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 19.348, de 20 de dezembro de 2017, que autorizou a cessão de imóvel ao Município de Alto Paraná.	Lei nº 20.851
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Arapongas, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.852
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sengés, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.853
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Jaguariaíva, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.854
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Marechal Cândido Rondon, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.855
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Sertanópolis, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.856
Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná.	Lei nº 20.857
Institui a Campanha “Tem Saída” no Estado do Paraná.	Lei nº 20.858
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto de Aprendizagem Profissional Maringá, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 20.859
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Anjos Inocentes, com sede no Município de Guarapuava.	Lei nº 20.860



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 17.044, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre Taxa de Fiscalização e Serviço da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná.	Lei nº 20.861
Institui a Central de Vagas das Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 20.862
Altera a Lei nº 18.424, de 8 de janeiro de 2015, que instituiu o Programa Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola.	Lei nº 20.863
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Autismo sem Barreiras – Associação de Atendimento e Apoio à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, com sede no Município de União da Vitória.	Lei nº 20.864
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Maringá Futsal, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 20.865
Institui, no âmbito do Estado do Paraná, a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências.	Lei nº 20.866
Altera a Lei nº 18.008, de 7 de abril de 2014, no tocante à distribuição de vagas para os cargos de Perito Oficial e Agente Auxiliar de Perícia Oficial, do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais.	Lei nº 20.867
Altera dispositivos da Lei nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, que dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual.	Lei nº 20.868
Altera a Lei nº 18.889, de 24 de outubro de 2016, que Denomina Rodovia do Leite o trecho da PR-340 entre a Avenida Prefeito Ronie Cardoso, no Município de Castro, e a PR-090.	Lei nº 20.869
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Foz do Iguaçu, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.870
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Internacional de Desenvolvimento Cultural e Educacional Capoeira Aliance, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 20.871
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, à Fundação de Ação Social - FAS, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.872
Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2022.	Lei nº 20.873
Aprova a construção dos empreendimentos hidrelétricos e de geração de energia que especifica.	Lei nº 20.874
Altera a Lei nº 18.451, de 6 de abril de 2015, que instituiu o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná.	Lei nº 20.875
Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo efetuar a desafetação de trecho rodoviário que especifica e a transferência deste ao Município de Saudade do Iguaçu.	Lei nº 20.876
Fixa, a partir de 1º de janeiro de 2022, o Piso Salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização e dá outras providências.	Lei nº 20.877
Altera a Lei nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a LOA de 2021, e a Lei nº 20.648, de 20 de julho de 2021, que dispõe sobre a LDO de 2022, nos termos que especifica.	Lei nº 20.878



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo efetuar a desafetação de segmentos rodoviários que especifica a transferência destes ao Município de Loanda.	Lei nº 20.879
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Itapejara D'Oeste, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.880
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras do Paraná, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.881
Dá nova redação ao art. 2º, da Lei nº13.867, de 8 de novembro de 2002.	Lei nº 20.882
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Doutor Camargo, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.883
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município Boa Esperança do Iguaçu, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.884
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Cascavel, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.885
Autoriza a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR a efetuar a doação dos imóveis que especifica ao município de Roncador.	Lei nº 20.886
Altera a Lei n.º 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020 a 2023.	Lei nº 20.887
Denomina de Otoniel Ferreira o viaduto no Km da Rodovia PR-182, no Município de Iporã.	Lei nº 20.888
Denomina Rodovia Angelo Fantin o trecho da PRC-158 que interliga os Municípios de Vitorino (PR) à São Lourenço do Oeste (SC).	Lei nº 20.889
Denomina José Nilton Lessa o viaduto localizado na Rodovia BR-369, Km 499, no Município de Corbélia.	Lei nº 20.890
Denomina Darci Peroza o viaduto localizado na Rodovia BR369, Km 501, no Município de Corbélia.	Lei nº 20.891
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, à Paraná Esporte, do imóvel denominado Ginásio Almir Nelson de Almeida.	Lei nº 20.892
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, à Paraná Esporte, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.893
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, à Paraná Esporte, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.894
Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio ao Município de Laranjeiras do Sul para aquisição de área destinada à implantação de empreendimento agroindustrial.	Lei nº 20.895
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, à AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.896
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Município de Maringá, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.897
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Goioerê, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.898
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Primeiro de Maio, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.899



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Mariópolis, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.900
Altera a Lei nº18.314, de 21 de novembro de 2014, que autorizou a cessão de uso de imóvel ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.	Lei nº 20.901
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Imbituva, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.902
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Cambira, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.903
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Município de São Mateus do Sul, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.904
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Formosa do Oeste, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.905
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Congonhinhas, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.906
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Pinhais, dos imóveis que especifica.	Lei nº 20.907
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Barbosa Ferraz, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.908
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, à Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE de Foz do Iguaçu, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.909
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Sulina, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.910
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Quitandinha, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.911
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Flor da Serra do Sul, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.912
Denomina Anesio Boer o trecho da Rodovia PR-576, do Município de Santa Isabel do Ivaí até o entroncamento com a Rodovia PR-478.	Lei nº 20.913
Autoriza o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater a doar imóveis ao Estado do Paraná.	Lei nº 20.914
Altera a Lei nº 20.071, de 18 de dezembro de 2019, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Sengés.	Lei nº 20.915
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Enéas Marques, dos imóveis que especifica.	Lei nº 20.916
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Guaratuba, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.917
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Jandaia do Sul, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.918
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Pinhais, do imóvel que especifica	Lei nº 20.919
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Iguaçu, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.920
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Consórcio Público dos Municípios PROCAXIAS - COMPRO, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.921



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Arapongas, do imóvel que especifica	Lei nº 20.922
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Rolândia, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.923
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Umuarama, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.924
Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem a efetuar a Doação ao Município de Imbaú, do imóvel que especifica	Lei nº 20.925
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Agudos do Sul, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.926
Institui o Diário Eletrônico da Defensoria Pública como meio oficial de comunicação de atos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.	Lei nº 20.927
Dispõe sobre Cargos de Provimento em Comissão e Funções de Gestão Pública da Junta Comercial do Paraná.	Lei nº 20.928
Torna obrigatória compensação ambiental para empreendimentos geradores de impacto ambiental negativo não mitigável, no âmbito do Estado do Paraná.	Lei nº 20.929
Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo efetuar a desafetação de trecho rodoviário que especifica e a transferência deste ao Município de Marechal Cândido Rondon.	Lei nº 20.930
Altera dispositivo da Lei nº 19.913, de 30 de agosto de 2019, que autoriza o Poder Executivo a conceder a exploração do uso, total ou parcial, de áreas destinadas ao uso público nas Unidades de Conservação, no âmbito do Estado do Paraná.	Lei nº 20.931
Altera dispositivos da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, que estabelece o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão e funções gratificadas que se destinam a atender aos encargos de direção, de chefia ou de assessoramento nas Instituições Estaduais de Ensino Superior, e dá outras providências.	Lei nº 20.932
Dispõe sobre os parâmetros de financiamento das Universidades Públicas Estaduais do Paraná, estabelece critérios para a eficiência da gestão universitária e dá outros provimento	Lei nº 20.933
Estabelece as condições para implementação da revisão geral concedida pela Lei nº 19.912, de 30 de agosto de 2019 e dá outras providências.	Lei nº 20.934
Institui a Gratificação de Incentivo Escalonada e Mensal e a Gratificação de Resultado de Aprendizagem para Diretores e Diretores Auxiliares das instituições de ensino da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná.	Lei nº 20.935
Dispõe sobre a criação da Taxa de Fiscalização e Serviços no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná e seu tratamento tributário.	Lei nº 20.936
Institui o auxílio-alimentação aos servidores ativos ocupantes das carreiras que especifica.	Lei nº 20.937
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Ortigueira, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.938



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO AMOR MATERNO DA DIOCESE DE PARANAVAÍ-APAM, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.939
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação, ao Município de Realeza, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.940
Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo efetuar a desafetação de segmento rodoviários que especifica a transferência destes ao Município de Cafelândia.	Lei nº 20.941
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, à AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR, do imóvel que especifica.	Lei nº 20.942
Institui o Programa Energia Solidária no âmbito do Estado do Paraná.	Lei nº 20.943
Altera os Anexos I, V e VI da Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, e adota outras providências.	Lei nº 20.944
Institui o serviço público de loteria no Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 20.945
Dispõe sobre o programa de parcelamento incentivado de créditos tributários relativos ao ICM e ao ICMS, e de créditos não tributários inscritos em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, nas condições que especifica.	Lei nº 20.946
Denomina Ponte Joelci Carraro, a ponte sobre o Rio Chopim, localizada na Rodovia PR-912, no trecho que interliga os Municípios de Palmas a Coronel Domingos Soares.	Lei nº 20.947
Atualiza o Valor de Referência de Custas - VRC.	Lei nº 20.948
Altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º da Constituição Federal, e na Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996.	Lei nº 20.949
<ul style="list-style-type: none">- Prestação de Contas do Tribunal de Contas (5)- Prestação de Contas do Fundo Especial do Controle Externo TC-PR (6).- Prestação de Contas dos Deputados (6).- Denominação sala - Deputado Caíto Quintana (1).- Recomposição dos blocos partidários (1).- Aprova a apresentação de Emenda à Constituição Federal (1).	Resoluções - 20
<ul style="list-style-type: none">- Reconhecimento Calamidade Pública do Governo do Estado (2).- Reconhecimento de Calamidade Pública dos Municípios. (22)- Homologação de convênio de ICMS (5).	Decretos Legislativos - 29
Atualizado às 09h44min de 31 de janeiro de 2022.	